

Algumas considerações sobre o ensino da sociologia na educação brasileira 1882-1942

Marcelo Pinheiro Cigales¹
Eduardo Arriada²

Resumo: As primeiras propostas de implantação da sociologia no ensino brasileiro surgiram no final do século XIX, com as iniciativas de Rui Barbosa e Benjamin Constant; apesar desses projetos não terem se concretizado, entraram para a história da disciplina no Brasil. Mais tarde em 1925 com a Reforma João Luiz Alves-Rocha Vaz a disciplina ascende de forma obrigatória nos currículos do ensino secundário e normal, no entanto, em 1942 com as Reformas de Capanema a sociologia é retirada do ensino secundário. Este trabalho tem por objetivo evidenciar o surgimento da sociologia no Brasil durante o período citado, dando ênfase a alguns aspectos que ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, levantando os principais projetos e personagens que contribuíram para a institucionalização da disciplina no país.

Palavras Chave: Sociologia. Ensino. Institucionalização. Disciplina.

Resumen: Las primeras propuestas de implementación de la sociología en la educación Brasileira, surgieron al final del siglo XIX, con las iniciativas de Rui Barbosa y Benjamin Constant, a pesar de que estos proyectos no fueron concretados, fueron parte de la historia de esta disciplina en el Brasil, mas tarde en 1925 con la reforma João Luiz Alves-Rocha Vaz la disciplina asciende de forma obligatoria en los currículos de la educación secundaria y primaria, sin embargo, en 1942 con las reformas de Capanema la sociología es retirada de la enseñanza secundaria. Este trabajo tiene por objetivo evidenciar el surgimiento de la sociología en el Brasil en este periodo, dando énfasis a algunos aspectos que ocurrieron en el estado de Rio Grande del Sur, levantando los principales proyectos y personajes que contribuyeron para la institucionalización de la disciplina en el país.

Palabras claves: Sociología. Enseñanza. Institucionalización. Disciplina.

1. Introdução:

Este artigo tem por objetivo fazer um relato sobre o surgimento da sociologia no Brasil, mais especificamente sobre a sua institucionalização no ensino no período de 1882 a 1942, dando ênfase a algumas particularidades no Estado do Rio Grande do Sul. A intenção é realizar um levantamento bibliográfico destacando os principais personagens e acontecimentos que influenciaram o seu surgimento e desenvolvimento nesse período. A temporalidade descrita no trabalho buscou abranger um momento inicial da disciplina no país, primeiramente o ano de 1882, que ficou marcado pelos Pareceres do deputado Rui Barbosa, os quais propunham a implantação da disciplina de “Elementos de sociologia e direito constitucional” para a escola secundária; e num segundo momento o ano de 1942, tendo por

¹ Mestrando em Educação na Universidade Federal de Pelotas. E-mail marcelo.cigales@gmail.com

² Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas. E-mail earriada@hotmail.com

efeito o início das reformas educacionais de Gustavo Capanema, que retiraram a obrigatoriedade da sociologia nessa modalidade de ensino.

O surgimento da Sociologia no Brasil, seu ensino em especial, é um tema de pesquisa ainda pouco abordado na produção acadêmica dos programas de pós-graduação no país, seja por falta de incentivos, ou pela própria trajetória de idas e vindas no currículo da educação escolar, o que possivelmente acarretou uma descaracterização de sua identidade no decorrer do processo.

Embora alguns autores realizem o movimento de periodização da sociologia como ciência no Brasil, os estudos voltados para o ensino da sociologia na educação ainda são carentes de pesquisa e discussão. Portanto, relatar essa trajetória não é tarefa fácil, pois ainda hoje não há um marco ou consenso sobre o surgimento ou chegada ao país.

Para Gomes,

A periodização constitui, de modo geral, tarefa das mais árduas e geradoras de controvérsias. (...). Assim é que, embora a maioria dos autores aceite a existência de três fases - a pré-científica, a da institucionalização e a fase científica propriamente dita -, não existe consenso quanto aos seus marcos cronológicos. Enquanto Florestan Fernandes considera que a fase pré-científica termina em fins do século XIX, autores como Fernando de Azevedo e Octavio Ianni vêem o seu término por volta de 1930, quando a ciência sociológica é introduzida nos currículos escolares brasileiros. (GOMES, 1994, p.1-2).

Cabe ressaltar duas importantes categorias de conceitualização: “sociologia na educação” e “sociologia da educação”. A segunda é a ciência que tem por objetivo estudar os fatos educacionais. Nas palavras de Azevedo (s.d. p. 25) “O estudo dos fatos e das instituições de educação, (...), constitui, pois, o objeto da sociologia educacional”. Em contrapartida, a sociologia na educação é o resultado dos estudos empreendidos pela sociologia que são abordados nos conteúdos educacionais transpostos através da sociologia enquanto disciplina escolar. Para Chervel (1991, p. 60) em seu consagrado artigo *Historia de las disciplinas escolares; reflexiones sobre un campo de investigación*, a definição de disciplina escolar é um importante conceito a ser determinado para o historiador, pois, por muito tempo foi tema gerador de controvérsias, levando a demasiadas generalizações. A fim de delimitar este conceito, nos apropriaremos de sua definição de disciplina como sendo “lo que se enseña, y punto.” (CHERVEL, 1991, p. 60).

Para entendermos como a sociologia foi inserida nas disciplinas escolares, devemos nos debruçar na sua gênese científica, buscando a partir de um olhar geral encontrar os aparatos econômicos, políticos e sociais que propiciaram sua constituição.

Em nível mundial, não se pode reduzir a um único autor a sistematização da disciplina. De certo modo, esta ciência com maior ou menor legitimidade, encontra-se no pensamento de filósofos em todos os tempos, como aponta Bouthoul (1976). No entanto, a referência fundamental é sem dúvida seu representante mais famoso, Augusto Comte (1798-1857). “Nascido em Montpellier na França, estudou na Escola Politécnica de Paris, foi secretário de Saint-Simon, professor de matemática e escritor. Uma de suas principais obras é o “Curso de Filosofia Positiva”, em seis volumes, publicados a partir de 1830”. (TAMBARA, 2005, p. 166).

Conforme Tambara (1991, p. 97), “a concepção social de Comte apresenta um caráter historicista. A evolução da humanidade apresenta três estágios clássicos – teológico ou fictício, metafísico ou abstrato e positivo ou científico.” Há uma determinação histórica no sentido de atingir-se necessariamente um processo de civilização caracterizado pelo estado positivo.

O positivismo no Brasil, e, em específico no Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX, influenciou algumas reformas de ensino como a elaborada por Benjamim Constant, em 1890, e pelo Ministro Rivadávia Correia, em 1911. (Ibidem, 1991, p. 149).

Apesar de Comte ser considerado o precursor da sociologia moderna, e ter elaborado uma teoria da sociedade, não é ele que se deterá ao estudo sociológico da educação ou que se dedicará ao ensino desta disciplina. Tal tarefa ficará para seu sucessor e discípulo Émile Durkheim.

2. Um longo caminho

Foi na Universidade de Bordéus na França no ano de 1887 que Émile Durkheim, então professor daquela instituição, instaurou a cadeira de sociologia. Conforme Fouconnet³ (s.d. p.5) em prefácio ao livro de Durkheim, “Educação e Sociologia”, “Durkheim dedicou os melhores anos de sua vida tanto à sociologia quanto à pedagogia”. Suas ideias irão influenciar pensadores brasileiros como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, entre outros, de destaque na política e educação no Brasil no início do século XX.

³ Fouconnet foi assistente de Durkheim na Sorbone, estando no Brasil em 1926, proferindo palestra em São Paulo sob o patrocínio do Jornal o Estado de São Paulo. In: DAROS, M; NASCIMENTO, C; DANIEL, L. A sociologia na formação dos professores catarinenses. In: 23ª Reunião anual da AMPED. Caxambu, MG. 2000. Disponível em <168.96.200.17/ar/libros/amped/#gt14>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

Para Bouthoul (1976, p. 8) não se tem definitivamente um marco do surgimento da sociologia no mundo, pois “em cada sociedade há uma sociologia latente”. No entanto, ele considera que “Émile Durkheim é um dos que mais contribuíram para infundir à sociologia as características de uma ciência, distinguindo o seu objeto específico e seus métodos peculiares” (Ibidem, p. 93). Embora August Comte seja considerado o pai da sociologia, não há dúvidas que Durkheim foi o precursor da sociologia na, e da educação, justamente porque a inseriu como disciplina escolar e como objeto de estudo da ciência sociológica.

Karl Marx, também considerado assim como Durkheim um “pai fundador” da sociologia, não se atém em seus escritos especificamente a educação, mas por outro lado, deixa um arcabouço teórico profícuo para seu estudo. Assim, autores como Althusser (2001) e Bourdieu (2005), entre outros, na década de 60 do século XX, se dedicam a estudar a escola e a educação como mantenedoras do poder da classe dominante, justamente porque agem como reprodutoras da ideologia desta, de maneira a romper com qualquer empreendimento de revolução por parte dos dominados. Bourdieu especifica detalhadamente como essa ideologia dominante se reproduz nas mais variadas esferas da vida social, econômica e cultural. Através dos conceitos de “Campo”, “Poder Simbólico”, “Capital Cultural”, etc., apresenta em seu livro “A Reprodução” – escrito em parceria com Jean Claude-Passeron – como esses conceitos estão presentes na educação e como atuam na perpetuação da divisão de classes.

Não podemos deixar de lado as contribuições de Max Weber para a sociologia na educação. Assim como Marx, Weber não se deteve em específico ao estudo da educação, conforme Gonzales,

Weber não dedicou um artigo e nem um capítulo de livro à educação, embora tenha feito referências esparsas ao tema no decurso de sua produção acadêmica. (...) As reflexões de Weber sobre a educação são compreendidas no âmbito de sua Sociologia Política – a partir da descrição dos tipos de dominação que possuem correspondência com os tipos de educação – e de sua Sociologia da Religião – por meio de seu enfoque da mudança social ocasionada pelos diferentes processos de racionalização no decorrer da História, e que interferiram na conduta de vida prática dos indivíduos (GONZALES, 2012, p. 1-2).

Ainda conforme Gonzales (2002, p. 10-11), Weber conseguiu compreender a especificidade dos diferentes sistemas educacionais, contribuindo para incrementar as abordagens dos sociólogos da educação ao focalizar os diferentes sistemas que desenvolvem a socialização dos indivíduos.

Os clássicos da sociologia como são conhecidos Durkheim, Marx e Weber, foram consagrados como tais, porque suas obras foram as que melhor retrataram as “verdades” de sua época. Longe de falácias e filosofias especulativas, os autores citados se empenharam em

realizar observações contundentes e com uma clareza epistemológica e metodológica semi-iguais para a época.

Portanto, se hoje a sociologia alcançou um espaço na educação, isso se deve em grande parte aos autores clássicos, que através de suas pesquisas transformaram a maneira de enxergarmos a realidade social. Ressaltamos novamente a figura de Durkheim, primeiro a pensar e implementar a disciplina de sociologia na educação.

3. No Brasil

Diferindo-se da França, a sociologia no Brasil vai emergir dos planos e projetos do meio político para o educacional. Em **1882**, **Rui Barbosa** tentou implantá-la na escola secundária e nas faculdades de Direito, não tendo surtido efeito (MACHADO, 1987). Cabe lembrar que o sistema educacional brasileiro nessa época carecia de uma estrutura basilar que sustentasse efetivamente a implantação da disciplina, de modo que a proposta de Rui Barbosa não prospera, e a sociologia adormece em meio à burocracia.

A história da educação no Brasil como um todo é algo particular. A educação neste País, desde seus primórdios teve pouca preocupação de seus governantes. Raras são as vezes em que foi levada a sério como uma política que devesse ser verdadeiramente estruturada de forma a criar uma nação forte intelectual e socialmente. Além disso, vários fatores contribuíram para esse agravamento: a tardia criação de um aparelho burocrático estatal, a morosa abolição da escravatura, a lenta industrialização, a grande desigualdade social, o coronelismo etc.

No Rio Grande do Sul, a questão geográfica, econômica e social levou o Estado a ter sérios problemas com a educação desde o período colonial. O caudilhismo no Império foi um entrave para os presidentes da Província empreenderem uma reforma de ensino. A educação que se almejava era a voltada para os afazeres do campo, como domar, laçar e curar o gado-principal produto econômico da província do Rio Grande do Sul (GIOLO, 2006).

A falta de professores, de métodos de ensino, de material didático, de uma infraestrutura adequada também são vestígios de que o ensino primário e secundário, para não falar do superior, esteve na inércia. Corsetti e Luchese (2011, p. 453) apontam para esses problemas no Estado do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX: “Havia um reconhecimento da importância da instrução na Província gaúcha, mas na prática pouco se investia para sua implementação”.

Dentro deste cenário as propostas de implantação da disciplina não encontram base de apoio para emergir. No entanto, o interesse de que ela se estabeleça na educação brasileira persiste, tanto é que alguns anos após a primeira tentativa de Rui Barbosa, ela novamente entra em cena, agora com Benjamin Constant e sua reforma de ensino.

É em 1890 que Benjamin Constant, então Ministro da Guerra, instituiu o ensino de Sociologia e Moral nas Escolas do Exército, conforme Decreto n. 330, de 12 de abril de 1890 (MACHADO, 1987, p. 117). Logo após, no cargo de Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, empreendeu a Reforma que leva seu nome, em toda a instrução pública, incluindo a sociologia em todos os níveis e modalidades de ensino. Entretanto, apesar de seu ensino ser obrigatório no período que vai até 1897, tal reforma não foi efetivada, sendo modificada a partir daquele ano. Nessa nova regulamentação, a sociologia desaparece dos currículos do Ginásio e do Ensino Secundário (SILVA, 2010; MEUCCI, 2000; MACHADO, 1987).

A partir do exposto é possível perceber que a sociologia surge no Brasil quase que simultaneamente aos escritos de Augusto Comte. Outro fato importante é que Rui Barbosa e Benjamin Constant pensaram no estabelecimento da sociologia na educação brasileira, antes mesmo de Durkheim implantá-la como disciplina escolar na França. Isso demonstra que o Brasil possuía em fins do século XIX, um círculo letrado e a par da produção intelectual européia.

As primeiras propostas de implementação da sociologia na educação não obtiveram êxito, mas possivelmente os Pareceres de Rui Barbosa e a Reforma de Benjamin Constant impuseram a sociologia nas rodas de discussão e lhe conferiram, por mais breve que fosse uma visibilidade. Se por um lado a sociologia não vingou como disciplina escolar, por outro, ela começa a surgir na escrita de alguns intelectuais brasileiros, que retratam em seus textos questões pertinentes a um país jovem e repleto de temas e problemas a serem investigados.

Euclides da Cunha, escritor e jornalista, pode ser considerado também um sociólogo pioneiro no Brasil, devido a sua ilustre obra, “Os sertões” publicada em 1902. Ao descrever o conflito no sertão da Bahia, que ficou conhecido como a Guerra de Canudos, Euclides retrata em uma linguagem extremamente rebuscada as características do povo sertanejo, do cenário geográfico em que vivem e da luta que empreendem contra as tropas do governo enviadas para disseminar Canudos, cidade construída no interior do sertão cujo líder era Antônio Conselheiro⁴.

⁴ CUNHA, E. Os sertões. São Paulo: Três, 1984.

Outros pensadores também são considerados “fundadores” da sociologia no Brasil, como Gilberto Freyre, Alberto Tôres, Sílvio Romero, Delgado de Carvalho e Pontes de Miranda, os três últimos, citados por Fernando de Azevedo como os pioneiros da sociologia no Brasil, na dedicatória de seu livro *Princípios de Sociologia*, publicado pela primeira vez em 1935.

Durante longo período após as primeiras tentativas de Rui Barbosa e Benjamin Constant, a sociologia retorna em 1925, com a Reforma educacional de João Luis Alves-Rocha Vaz.

Conforme Meucci (2000),

Retorna ao sistema regular de ensino brasileiro apenas em 1925, inserida no currículo da 6ª série ginasial, cursada por aqueles interessados em obter o diploma de "Bacharel em Ciências e Letras". Alguns anos depois, em 1928, nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, torna-se disciplina obrigatória nos programas dos cursos de magistério. Em 1931, em todo o Brasil, a sociologia ingressara no quadro geral de matérias para os cursos complementares dedicados ao preparo dos alunos para o ingresso nas faculdades e universidades: fora, pois, nesta época, conhecimento exigido nas provas de admissão para os cursos superiores. (MEUCCI, 2000, p. 10)

Esta primeira institucionalização da sociologia no sistema de ensino é um marco para a sistematização do conhecimento sociológico, como apontado por Silva (2010). Portanto, é a partir de 1925 que o ensino da sociologia toma força no Brasil, dando início a produção de manuais de sociologia como descrito por Meucci (2000). Conforme a autora, já havia anterior a esse período uma produção de manuais de sociologia, mas voltados para as Faculdades de Direito, em específico para a área jurídico-criminal. A figura 01 demonstra isso.

FIG 01. Primeiros Manuais de Sociologia no Brasil

Ano	Autor	Manual	Cidade/ Editora	Níveis de ensino para os quais foram elaborados
1900	Paulo Egydio de Oliveira Carvalho	Sociologia Criminal	São Paulo, Eclética.	Faculdades de Direito
1906	Luciano Pereira da Silva	Estudos de sociologia criminal	Recife, Livraria Contemporânea.	Faculdades de Direito
1906	J. Mendes Martins	Sociologia criminal: estudos	Recife, Livraria Contemporânea.	Faculdades de Direito
1926	Pontes de Miranda	Introdução à sociologia geral	Rio de Janeiro, Pimenta de Mello.	Faculdades de Direito

193 1	Delgado de Carvalho	Sociologia	Rio de Janeiro Francisco Alves.	Escolas Secundárias
193 1	Alceu Amoroso Lima	Preparação à Sociologia	Rio de Janeiro, D. Vital.	Escolas Secundárias Confessionais, Faculdades Católicas, Universidade Católica no Brasil
193 3	Achiles Archerio Junior	Lições de sociologia	São Paulo, Gráfica Cruzeiro do Sul.	Escolas Secundárias
193 3	Rodrigues de Meréje	Sociologia Geral	São Paulo, Editora Paulista.	Escolas Secundárias
193 3	Miranda Reis	Ensaio de Sinthese sociológica	Rio de Janeiro, Ariel.	Escolas Secundárias
193 4	Tito Prates da Fonseca	Sociologia: problemas prévios	São Paulo, Saraiva.	Escolas Secundárias
193 4	Delgado de Carvalho	Sociologia experimental	Rio de Janeiro, Sauer.	Escolas Secundárias e Normais
193 4	Nelson Omegna	Elementos de sociologia para escolas normais	Campinas, Livraria João Amêndola.	Escolas Secundárias e Normais
193 4	Djacyr Menezes	Princípios de Sociologia	Porto Alegre, Globo.	Escolas Secundárias
193 5	Rodrigues Meréje	O que é sociologia	São Paulo, Tipografia Rio Branco.	Escolas Secundárias
193 5	Francisca Peeters	Noções de sociologia	São Paulo, Melhoramentos.	Escolas Secundárias e normais confessionais

Fonte: Meucci (2000, p. 132)

Em busca dos primeiros autores brasileiros responsáveis pela introdução da sociologia como disciplina escolar, Meucci (2000) aponta Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre, Carneiro Leão, Delgado de Carvalho e Pontes de Miranda, como os grandes responsáveis pela introdução da sociologia no Ensino Secundário e Normal no Brasil, e pela mobilização favorável à fundação dos cursos superiores de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e na Universidade do Distrito Federal.

Ainda conforme a autora (Ibidem, p. 27), “podemos, certamente, a partir do exame de ‘Introdução à Sociologia,’ dizer que Pontes de Miranda reconheceu a cientificidade da sociologia. E o fez de modo radical e pioneiro entre nós”.

A Reforma Francisco Campos de 1931 traz diversas mudanças para o ensino brasileiro. Entre as principais estão o reconhecimento oficial do Programa do Colégio Pedro II, passando a valer para as demais instituições. O Ensino Secundário passa a ter dois cursos, o fundamental e o complementar, o primeiro constituído de cinco anos e o segundo de dois. O

curso complementar era destinado aos candidatos que desejavam cursar o ensino superior. A sociologia passa constar como disciplina obrigatória nos três respectivos programas dos cursos da área de Direito; Engenharia e Arquitetura; e, Farmácia, Medicina e Odontologia (BRASIL, 1931). Outra mudança relevante é a elaboração dos programas das disciplinas: antes realizada pelos catedráticos de cada instituição, torna-se exclusividade do Departamento Nacional de Ensino (SOARES, 2012, p. 8).

Por fim em 1942, a Reforma Gustavo Capanema reorganizou o ensino secundário, conforme o Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942, (MACHADO, 1987, p. 120), excluindo a obrigatoriedade da disciplina de sociologia para esse nível de ensino. Apesar disso, não se sabe ainda se houve alguma resistência ou permanência do seu ensino nas escolas secundárias do País.

A partir do exposto é possível realizar um esboço cronológico sobre os principais acontecimentos que influenciaram o processo de institucionalização da sociologia na educação no período proposto:

- 1882 - Proposta Parlamentar de inclusão da disciplina de sociologia, realizada por Rui Barbosa (não chegou a ser discutida);
- 1890/1897 - Reforma de Benjamim Constant (disciplina legalmente obrigatória, mas a legislação não foi posta em prática).
- 1925 - Reforma João Luís Alves-Rocha Vaz inclui a sociologia nas Escolas Normais e na Escola Secundária.
- 1931 - Reforma Francisco Campos reforça o ensino da disciplina no segundo ciclo do Ensino Secundário. Sendo obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.
- 1933 - Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.
- 1934 - Fundação da Universidade de São Paulo, que conta com Fernando de Azevedo como o primeiro diretor de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e catedrático de Sociologia.
- 1935 - Introdução da disciplina sociologia no curso Normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis, com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.

- 1942 - A Reforma Gustavo Capanema retira a obrigatoriedade da disciplina dos cursos secundários, com exceção do curso normal. Fonte: (SILVA, 2010; MEUCCI, 2000)

Percebe-se que a gênese da sociologia como disciplina escolar no Brasil, é marcada por um período cíclico, com muitas lacunas a serem investigadas, como por exemplo, o intervalo em que foi obrigatória nos currículos da Escola Secundária (1925-1942). Nesse sentido Silva (2010) descreve várias possibilidades de pesquisa.

Apesar de constarem alguns trabalhos de dissertação abordando a periodização entre as Reformas de Luis Alves-Rocha Vaz e Capanema, ainda são incipientes para sabermos em nível nacional o cenário de surgimento e institucionalização da sociologia na educação secundária e normal.

Estamos cientes de que uma disciplina nova como é o caso da sociologia, teve seus percalços para se instituir no sistema de ensino brasileiro, seja pela falta de parâmetros ou pelas características da educação no País, que pouco auxiliaram nesse decurso.

Nas palavras de Chervel,

Los procesos de implantación y puesta en funcionamiento de una disciplina se caracterizan por su lentitud, su circunspección, su seguridad. La estabilidad de la disciplina así constituida no es, pues, como se piensa a menudo, un efecto de la rutina, del inmovilismo, de la pesadez o de la inercia inherentes a la institución, sino que es el resultado de un largo proceso de concertación basado en el aprovechamiento común de una considerable experiencia pedagógica. (CHERVEL, 1991, p. 84)

Além de a sociologia estar intrinsecamente ligada ao Direito⁵ nos seus primórdios, também obteve notável destaque na produção de manuais voltados aos cursos jurídicos no início do século XX. Portanto, podemos considerar que “(...) la historia de una disciplina escolar no puede hacer caso omiso de la naturaleza de las relaciones que ésta mantenía con las demás disciplinas”. (Ibidem, 1991, p. 101-102).

4. Algumas contribuições de Fernando de Azevedo

Fernando de Azevedo, considerado por muitos autores como um dos principais reformadores do ensino no Brasil, também contribuiu para a institucionalização do ensino da sociologia nas escolas secundárias e no ensino superior.

⁵ Alguns autores como Gomes (1994, p. 4-5) e Daros; et al. (2000) afirmam que a sociologia obteve ampla base de apoio para seu surgimento nos cursos complementares, cursos de formação de professores. No entanto, não descartamos a tese de que os cursos jurídicos, principais responsáveis pelo grande número de livros publicados voltados ao estudo sociológico, influenciaram também, principalmente antes da década de 20 do século XX, o surgimento da disciplina de sociologia na educação brasileira.

Em seu livro *História de minha vida* (1971), Azevedo relata as dificuldades da criação da USP, e em especial da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, onde foi desde a criação, catedrático da cadeira de sociologia.

Apesar de não constar nos manuais de sociologia descritos por Meucci (2000), figura 01, Fernando de Azevedo escreveu dois consagrados livros de relevante contribuição para a ciência e educação sociológica, *Princípios de Sociologia* de 1935, e, como resultado do magistério no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia, *Sociologia Educacional* de 1940 (FILHO, 1994); atuou também na política e administração do Estado de São Paulo, e propôs reformas de ensino naquele Estado e no Distrito Federal.

Influenciado pelas obras de Émile Durkheim e Karl Marx, Fernando de Azevedo (1971, p. 210) se considerava um socialista e fundador da sociologia no País, conforme ele, “eu vinha lendo desde que deixei a ordem religiosa duas obras quase inteiramente desconhecidas entre nós – as de Karl Marx e de Engels, de um lado, e a de Émile Durkheim, de outro. Aquelas, sobre o socialismo, e esta, sobre a sociologia”. Portanto, podemos asseverar que a sociologia no Brasil, a partir de 1930, contou com sua participação na defesa e propagação do seu ensino na educação superior e secundária.

Obra considerada de grande relevância, *A Cultura Brasileira*⁶ de 1940, elevou o nível de Fernando de Azevedo, como Sociólogo brasileiro. Além de ter sido orientador de Florestan Fernandes e Antônio Candido, figuras relevantes na academia e política brasileira, foi o redator do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932, que criticava o sistema de ensino, defendendo uma educação de qualidade que o Brasil até então não tinha alcançado.

Paschoal Lemme assinala em suas memórias três momentos importantes na vida do reformador,

1º. – A grande reforma do ensino no antigo Distrito Federal (1927-1930), da qual Fernando de Azevedo foi líder, como diretor da Instrução Pública, reforma essa que, segundo opiniões mais autorizadas, foi o marco inicial do processo de modernização do ensino no Brasil. 2º. – O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), redigido por Fernando de Azevedo, documento único da história da educação brasileira, no qual se traçavam as diretrizes para a educação e o ensino no país, a serem adotadas pela revolução de 1930. Subscrito por um grupo dos mais eminentes e intelectuais, mantém até hoje sua validade. 3º. – A monumental obra *A Cultura Brasileira*, redigida inicialmente para servir de introdução ao recenseamento de 1940, tornou-se de consulta obrigatória para quem deseje conhecer a evolução da cultura nacional, em todos seus aspectos. (LEMME, 1988, p. 201-202)

⁶ Fernando de Azevedo foi eleito em 1938 pela Assembléia Geral de Geografia e Estatística e indicado ao governo da República, a organizar e fazer executar o Recenseamento Geral de 1940, requerido pelo Presidente Getúlio Vargas. Apesar de não aceitar o cargo, Azevedo se incumbiu de realizar a introdução do referido censo. Em apenas dois anos escreveu em torno de 800 páginas divididas em três grandes capítulos, sendo eles: a) os fatores da cultura, b) A cultura e c) a transmissão da cultura. Obra consideradas por alguns autores de fundamental importância a quem se dedica ao tema da formação da nação brasileira. (AZEVEDO, 1964, p. 21)

Conforme Saviani (2010), Fernando de Azevedo era em grande parte autodidata, fazia cursos avulsos e tinha interesses intelectuais diversificados transitando pela literatura, sociologia, política e economia. Sem dúvida foi uma figura que contribuiu significativamente para a institucionalização da sociologia no Brasil, deixando mais de 25 obras sobre política, cultura, biografias e sociologia.

5. Considerações Finais

O período descrito apresentou alguns acontecimentos importantes que marcaram o estabelecimento da sociologia no Brasil. Dessa forma, podemos considerar que a implantação da sociologia na educação brasileira foi caracterizada por um processo longo e moroso. Diversos fatores podem ter influenciado nesse sentido, entre eles estão:

- a) Ausência de modelos: a sociologia é uma ciência que surge em meados do século XIX e se propaga em sua segunda metade (LENOIR, 1998), sendo que seu desenvolvimento como disciplina escolar é ainda mais tardio. A falta de professores, métodos de ensino, material didático e de uma infra-estrutura adequada, também são fortes agravantes dessa situação.
- b) Carência de um aparelho burocrático estatal que fornecesse as bases para a implantação da disciplina.
- c) Falta de legitimidade: acredita-se que outras disciplinas ocupavam maior espaço no currículo educacional, como por exemplo, a matemática e as letras, por consequência disso, a prioridade de investimento e manutenção era destinado a essas áreas do conhecimento.

É importante ressaltar que a inclusão de uma disciplina nova, como é o caso da sociologia na educação brasileira, principalmente no final do século XIX e início do XX não constituía tarefa fácil, pois o cenário político onde as decisões eram tomadas não se enquadrava em muitas circunstâncias com a realidade social e educacional da época. Ainda que Rui Barbosa e Benjamim Constant não tenham tido sucesso nessa empreitada, podemos dizer que tais propostas entraram para a história como pioneiras desse processo no Brasil.

Apesar de obrigatoriamente a Sociologia ganhar espaço na educação com a Reforma implementada pelos ministros João Luiz Alves e Rocha Vaz em 1925, é somente em 1931, com a Reforma de Francisco Campos que a disciplina de sociologia alcança maior legitimidade. Isso se deve, em boa parte, ao fato de o currículo do Colégio Pedro II se tornar

modelo para as demais instituições de ensino secundário no país, onde a disciplina de sociologia vai constar como obrigatória no 2º ano do segundo ciclo dessa modalidade de ensino. É a partir desse período que os manuais voltados para a área ganham espaço no mercado de editoras, conforme assinalado por Meucci (2000, p. 132).

Com o fim da obrigatoriedade em 1942, com a Reforma Gustavo Capanema, a disciplina perde espaço na educação secundária, mas persiste nos cursos complementares de formação de professores, ganhando cada vez mais a atenção dos educadores no Brasil.

Referências:

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 2001.

AZEVEDO, Fernando de. **Princípios de Sociologia**: pequena introdução ao estudo de sociologia geral. 9. ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1964.

_____. **Sociologia Educacional**: Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. 5. ed. Rio de Janeiro; Melhoramentos, s.d.

_____. **História de minha vida**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1971.

_____. **A Cultura Brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

BRASIL. **Decreto n.º 19.890 de 18 de abril de 1931**. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Disponível em <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br>>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

BORDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Editora Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983.

BOUTHOU, G. **História da Sociologia**. 4. ed. Tradução de J. Guinsburg. São Paulo: Editora DIFEL, 1976.

CHERVEL, André. La historia de las disciplinas escolares; reflexiones sobre un campo de investigación. Madri: **Revista de Educacion**, n. 295, 1991, p. 59-111.

CORSETTI, Berenice; LUCHESE, Terciane. A educação e a Instrução na Província do Rio Grande do Sul [453-485]. In: GONDRA, José Gonçalves; SCHEIDER, Omar. (Org.).

Educação e Instrução nas Províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822 -1889). Vitória, 2011.

DAROS, M; NASCIMENTO, C; DANIEL, L. A sociologia na formação dos professores catarinenses. In: 23^a **Reunião anual da AMPED**. Caxambu, MG. 2000. Disponível em: <168.96.200.17/ar/libros/amped/#gt14>. Acesso em 22 de outubro de 2012.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 10. ed. Trad. De Lourenço Filho. São Paulo. Melhoramentos, 1975.

FILHO, Alberto Venâncio. **Fernando de Azevedo**: um humanista na educação. Revista da Faculdade de Educação, USP. São Paulo. v, 20. n. 1/2 Jan – dez. Volume Especial, p. 30-51. 1994.

GIOLO, Jaime. **A Instrução** [449-489]. In: PICOLLO, Helga; PADOIN, Maria Medianeira (Direção). História Geral do Rio Grande do Sul. Império. Volume 2. Passo Fundo: Méritos, 2006.

GOMES, Candido Alberto. **A educação em perspectiva sociológica**. 3. ed. São Paulo: Editora Pedagógica e universitária, 1994.

GONZALEZ, Wânia R. C. **A educação sobre a luz da teoria sociologia Weberiana**. Mini-curso. AMPED, Caxambu, 2002. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/minicursos25.htm>>. Acesso em 10 de maio de 2012.

LEMME, Paschoal. **Memórias**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LENOIR, Remi. **Objeto sociológico e problema social**. In: Iniciação a prática sociológica. Petrópolis: Vozes, 1998.

MACHADO, Celso de Souza (1987). **O Ensino da Sociologia na escola secundária brasileira**: levantamento preliminar. In: Revista da Faculdade de Educação. Vol. 13, n.º 1, p.115-142. 1987.

MEUCCI, Simone. **A Institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas-SP: IFCH-UNICAMP, 2000.

NETO, N. **Filosofia da Educação**. Editora Melhoramento: São Paulo, 1988.

SAVIANI, Dermeval. **Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova** (1932-1947). In: História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: **Coleção Explorando o Ensino**. Volume. 15 Coordenação Amaury César Moraes Brasília: Ministério da Educação: Brasília, 2010.

SOARES, Jefferson da Costa. A identidade Profissional dos Primeiros Professores de Sociologia do Colégio Pedro II. In: **3ª Encontro Estadual de Ensino de Sociologia**. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. (mimeo).

TAMBARA, Elomar. Educação e Positivismo no Brasil [166-178]. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol II: século XIX. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. **A educação no Rio Grande do Sul sob o Castilhismo**. 1991. Universidade do Rio Grande do Sul. (tese de doutorado). Porto Alegre, novembro de 1991.